

# REVISTA MARACANAN

## Nota de Pesquisa

### A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945): alguns apontamentos

*Brazil's participation in Word War II (1942-1945): some notes*

**Thiago Fidelis\***

Universidade do Estado de Minas Gerais  
Passos, Minas Gerais, Brasil.


**Recebido em:** 17 jan. 2022.


**Aprovado em:** 01 jun. 2022.



---

\* Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista. Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista. (thiago.fidelis@uemg.br)

 <https://orcid.org/0000-0003-0406-1559>.

 <http://lattes.cnpq.br/8837582381518616>

## Resumo

O artigo tem como principal objetivo apontar e analisar as principais causas que levaram Getúlio Vargas, sob a égide do período ditatorial do *Estado Novo*, participar ativamente da *Segunda Guerra Mundial* ao lado do grupo conhecido como Aliados, com países cuja maioria possuía como modelo de governo a democracia liberal, estrutura política intensamente criticada pelo mandatário brasileiro no período. Em linhas gerais, o texto faz uma rápida contextualização do conflito em si e do Brasil nesse período, indicando que as principais motivações para esse fato estão ligadas às questões econômicas e de relações internacionais, uma vez que Vargas preferiu manter contato com os EUA para garantir mais investimentos para suas ações do que com a Alemanha ou outros países do Eixo.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial. Estado Novo. História do Brasil República. História Contemporânea.

## Abstract

The main objective of this article is to point out and analyze the main causes that led Getúlio Vargas to actively participate in the Second World War (under the aegis of the dictatorial period of the New State). It is crucial to observe that Brazil was part of the group known as the Allies, with countries whose majority had liberal democracy as a model of government, a political structure intensely criticized by Vargas. In general, the text quickly contextualizes the conflict itself and Brazil in this period. The research indicates that the primary motivations for this fact are linked to economic and international relations issues. However, Vargas preferred maintaining contact with the USA to ensure more investments for his actions than with Germany or other Axis countries.

**Keywords:** World War II. New State. History of Brazilian Republic. Contemporary History.

## Introdução

A série de conflitos, iniciada com a invasão alemã na Polônia em setembro de 1939 e estendendo-se até agosto de 1945, em solo japonês, ficou conhecida como Segunda Guerra Mundial, sendo apontada como o pior conflito já registrado da história humana, com mais de 70 milhões de mortes registradas em várias partes do mundo (COGGIOLA, 2015, p. 4-7).

Com várias nações envolvidas, bem como interesses diversos e desdobramentos bastante amplos, o conflito envolveu, direta ou indiretamente, quase todos os países do mundo. E um desses que participou foi o Brasil, com um envolvimento tardio, assim como basicamente toda a América Latina, uma vez que o continente participou do conflito, de maneira geral, via pressão dos países de um dos lados da guerra, os Aliados, sobretudo dos EUA (BETHELL & ROXBOROUGH, 1996, p. 24).

Por que, necessariamente, houve essa pressão? Há muitos indícios e perspectivas para tal aspecto. O objetivo desse artigo é analisar o caso brasileiro, buscando compreender as principais causas pelas quais o país, sob o controle de Getúlio Vargas e a política ditatorial do *Estado Novo*, envolveu-se no conflito e ao lado dos Aliados.

## Segunda Guerra Mundial: breves comentários

Há uma imensidão de textos, sejam eles livros, artigos, pesquisas acadêmicas ou jornalísticas, além de filmes, documentários, produções em histórias em quadrinhos ou inúmeras outras formas sobre a *Segunda Guerra Mundial* (cf. ROLLINS & O'CONNOR, 2008). A ideia nesse tópico é fazer, apenas, uma breve reflexão sobre as bases e os primeiros momentos do conflito, apenas a título de contextualização para o objetivo central do artigo.

Quando os ditames do final da *Grande Guerra* (que passaria a ficar conhecida como *Primeira Guerra Mundial*, entre 1914 e 1918) foram delimitados pelo Tratado de Versalhes, a Alemanha foi considerada a grande culpada pelo conflito, sofrendo várias penalidades e tendo inúmeras limitações para sua própria autonomia (cf. MacMILLAN, 2014). Com imensas dificuldades, o país demorou para conseguir se estabilizar economicamente durante os anos 1920, sendo que uma das causas dessa dificuldade foi exatamente o Tratado, por conta de todas as punições sofridas pelo estado germânico (cf. DAVIES, 2015).

No início da década, um veterano da *Grande Guerra* passou a destacar-se na política, tendo forte apelo no Partido Alemão dos Trabalhadores e extremamente crítico ao Tratado de Versalhes e às principais formas de se fazer política até então, tanto o liberalismo quanto o comunismo (KERSHAW, 2008). Após uma tentativa de iniciar um golpe de estado em Munique, Adolf Hitler foi preso e, após ditar a obra *Mein Kampf* (Minha Luta) na prisão, consolidou-se como a principal liderança do *Partido Nacional Socialista Alemão* (PNSA ou Partido Nazista),

consolidando sua força após a crise de 1929, quando conseguiu obter a maioria na Câmara e, quatro anos depois, Hitler tornou-se chanceler, ficando no poder até sua morte, em 1945 (cf. KERSHAW, 2017).

A crise de 1929, cujo estopim foi a “quebra” da bolsa de valores em Nova Iorque, constituiu-se em uma das principais variáveis que colocou em cheque as bases democráticas e liberais na Europa (e no mundo) nesse período. Na *Primeira Guerra Mundial* já havia tido um amplo questionamento em relação às suas bases, uma vez que tal ideologia teria sido uma das principais responsáveis pelo conflito (HOBSBAWM, 1995, cap. 1). No entanto, após a guerra, os países que coadunavam com tal perspectiva se reorganizaram e a nova potência que emergira nesse contexto, os Estados Unidos da América, aprofundava as bases de seu desenvolvimento econômico e influência sociocultural em várias partes do mundo (*Idem*). Com a imensa influência da desestruturação econômica do país norte-americano a partir de 1929, o liberalismo passou a ser cada vez mais criticado, ganhando novamente força a narrativa de que esse sistema não era bom o suficiente para os “novos tempos”, sendo que a democracia (sempre atrelada, nesses discursos, à essa corrente política) era taxada como algo “ultrapassado” (cf. PAXTON, 2007).

Na Itália, desde 1922 Mussolini já era chefe de Estado, instituindo o Fascismo como a principal ideologia política no país (*Idem*); em Portugal, desde 1926 havia sido estabelecida uma ditadura que seria consolidada, em 1933, com uma nova Constituição e a implantação do *Estado Novo* (uma referência direta à expressão *Stato Nuovo*, utilizada na Itália para se referir ao governo fascista), além da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que implantaria uma ditadura comandada por Francisco Franco (cf. PAULO, 1994). Por um outro lado, havia também a *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas* (URSS), agremiação oriunda da *Revolução Russa* de 1917 e que consolidara, no mapa político do período, o comunismo como uma forma de poder alternativa ao liberalismo. Quando a crise de 1929 foi deflagrada, as ideias comunistas, que já tinham sido consolidadas em vários partidos e agremiações pela Europa e outras regiões do mundo, também ganharam mais força, na medida em que suas bases traziam respostas para os problemas indicados pelo sistema predominante, bem como apresentavam alternativas aos governos autoritários que estruturavam-se na Europa (cf. REIS FILHO, 2017).

Sendo assim, com a consolidação desse cenário político bastante complexo e multifacetado, a Europa estabelecia-se novamente como um palco de um novo conflito, ainda mais sangüinário e horrendo que a guerra dos anos 1910. O governo de Hitler, que conseguiu uma rápida recuperação econômica em seu país (OVERY, 2011), tinha como um dos seus principais aspectos no nazismo a expansão territorial e a concretização do *Lebensraum* ou a teoria do Espaço Vital, na qual os nazistas reivindicavam o retorno das fronteiras do reino germânico no período anterior à 1914, sustentando a narrativa de que o desenvolvimento da Alemanha havia sido intencionalmente interrompido pelos outros países europeus (EVANS, 2011).

Se os países europeus, de maneira geral, deram pouco ou nenhuma atenção à esses sinais vindos do governo alemão (cf. KERSHAW, 2017), no caso soviético a perspectiva era bastante plausível, uma vez que parte dessa expansão incidiria sobre a Polônia, país que fica

“entre” a Alemanha e a Rússia e que tinha partes de seu território que já eram de influência germânica e outras estavam também no radar de domínio de Stálin (GILBERT, 2014).

As elevadas tensões entre as potências teve um capítulo importante com a assinatura, em agosto de 1939, de um compromisso ou pacto de não-agressão entre elas, documento conhecido também como Pacto Molotov-Ribbentrop, ministros soviético e germânico que estruturaram o contrato (OVERY, 2010). Tal acordo, embora teve efêmera duração (uma vez que seria violado semanas depois), era um importante indicativo de que, de fato, existia a possibilidade de um conflito ou de desentendimentos entre os governos. É importante destacar que ambos reconheciam o liberalismo como um mal em comum, além de considerarem que o futuro político estaria concentrado entre eles: daí era importante tal disputa, uma vez que o país vencedor seria aquele que influenciaria e, de certa forma, dominaria todo o mundo a partir disso (KEEGAN, 1995).

A invasão germânica em Danzig (atual Gdansk), em 01 de setembro, é consagrada como o início da *Segunda Guerra Mundial* (HASTINGS, 2012). A tomada de vários postos da Polônia, a primeiro momento pelas tropas alemãs e, posteriormente, pelas soviéticas, deu início para a estruturação do conflito a nível europeu, embora vários outros países acompanhavam atentamente seus desdobramentos.<sup>1</sup>

Com o envolvimento de outras potências europeias no conflito, as tropas alemãs estruturaram suas ofensivas contra esses países, ocupando a França em 1940 (ver BLOCH, 2011) e causando imensas avarias em solo inglês, embora não conseguisse concretizar tal invasão (ver KEEGAN, 2005). Após ter dado como certa o domínio dos territórios ao oeste, com o estado francês subjogado e a Inglaterra ainda recuperando-se da tentativa de invasão, Hitler optou pela ofensiva sobre a URSS, iniciando a Operação Barbarossa, em junho de 1941 (KERSHAW, 2008).

Seis meses depois o conflito entraria, oficialmente, em uma perspectiva mundial, com o ataque de tropas japonesas à base estadunidense em Pearl Harbor, no Havaí. Japão e Estados Unidos travavam uma disputa pelo domínio comercial das regiões do Oceano Pacífico desde o século passado, sendo que essas disputas ganharam imensa dimensão na medida em que os conflitos europeus foram se intensificando (cf. BESS, 2006).

Embora a disputa entre esses dois países não estava conectada aos acontecimentos recentes na Europa, suas raízes eram basicamente as mesmas, já que a origem de todas essas batalhas pode ser analisada a partir da expansão capitalista da segunda metade do século XIX, dando origem a um movimento conhecido como *Imperialismo* ou *Necolonialismo* (ver DOPCKE, 2007). Sendo assim, o ataque japonês ao exército estadunidense demarcou a união, de fato, de

---

<sup>1</sup> Por ser um tópico com uma rápida síntese sobre o conflito, tais detalhes não serão aprofundados (assim como vários outros aspectos), embora sejam de suma importância para a compreensão do conflito.

conflitos em locais distintos sob dois lados europeus de batalha já consolidados: de um, o *Eixo* (Alemanha, Itália e Japão) e, de outro, os *Aliados* (Inglaterra, França, URSS e EUA).<sup>2</sup>

## O Brasil dentro desse contexto

Se a década de 1930 foi um período com intensas mudanças políticas e marcada, sobretudo, pela ascensão de regimes totalitários e o fortalecimento das ideias autoritárias na Europa e em outras partes do mundo, a situação não foi diferente no Brasil. Após um conturbado início de período republicano no país a partir de 1889, os anos que se seguiram demarcaram a consolidação do sistema político mas não, necessariamente, em um viés democrático, fazendo com que vários movimentos de oposição pululassem na década de 1920 (*cf.* FAUSTO, 1982).

Após a conturbada e questionada eleição presidencial de 1930, em novembro foi deflagrado um golpe de Estado, cujos principais atores foram as chamadas oligarquias dissidentes (grupos com poderes estaduais e regionais mas que não conseguiam o controle do Executivo nacional) e os tenentes, parte da chamada “baixa patente” do Exército que já declarara oposição aos grupos que estavam no poder desde o início da década (*Idem*). O candidato derrotado na eleição, que era representante das oligarquias dissidentes, o ex-presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, foi empossado como presidente do país em um período denominado de “provisório”, já que demarcaria apenas uma espécie de reorganização para a consolidação de uma nova Constituição e a realização de novas eleições, que dessa vez fossem mais “justas”.

No entanto, a passagem de Vargas, de provisória tornou-se algo concreto, sendo que o mandatário permaneceu por praticamente 15 anos no poder. Mesmo com a organização de uma nova Constituição (promulgada em 1934 e substituída 3 anos depois, em uma existência bastante efêmera) e com um breve período demorático, grande parte desses anos foram estruturados em medidas autoritárias, sendo o ápice dessa perspectiva a instalação do *Estado Novo* em 1937, cujas inspirações centrais teriam sido o regime de mesmo nome instituído em Portugal, 4 anos antes (ver TORGAL, 2009). Embora existam muitas comparações entre o *Estado Novo* varguista e o governo de Mussolini, várias pesquisas e extensa bibliografia demonstra que o governo brasileiro não era fascista (ver BERTONHA, 2016). No entanto, se a administração varguista não pode ser classificada como um regime totalitário, ela tampouco enquadraria-se em um governo democrático, uma vez que o próprio Getúlio fazia questão, em vários momentos, de desqualificar o sistema de governo majoritário entre os Aliados na *Segunda Guerra Mundial*, como no próprio pronunciamento em que anunciou a implementação do regime ditatorial no país, em 10 de novembro de 1937, no qual indicou que a “democracia de partidos”, a como se referiu à democracia liberal, “em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de

---

<sup>2</sup> De ambos os lados existiram outros países combatendo (como é o caso do Brasil, que tratamos nesse artigo). No entanto, novamente pela questão do tamanho e do escopo, abordamos aqui apenas as potências que mais tiveram envolvimento ou sofreram consequências diretas do embate.

progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação (...)" (VARGAS, 1938, p. 21).

Em dois outros momentos importantes no discurso, a fala presidencial refere-se à Constituição de 1934 e às medidas democráticas liberais como um erro, uma vez que o período atual não comportaria mais tal modelo de governo: "A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis (...)", complementando que "A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir (...)" e, por fim, "Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público" (*Ibidem*, p. 23-24).

Ainda na lógica contida no discurso presidencial, "Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação" (*Ibidem*, p. 28). Além disso, embora não esteja contido diretamente nesse discurso, o mandatário nacional instituiu, desde a tentativa de golpe de Estado proferida por membros do *Partido Comunista do Brasil* (PCB), em 1935, uma ampla campanha anticomunista no Brasil, sendo um dos principais pilares para a justificativa da implantação do *Estado Novo* (cf. MOTTA, 2002).

Se a perspectiva (ou cultura política) de Vargas girava em torno de aspectos muito mais próximos ao fascismo (mesmo não sendo práticas *stricto sensu*) do que aos princípios democráticos e eram totalmente apartados ao comunismo, então por que o Brasil entrou, na *Segunda Guerra Mundial*, ao lado dos Aliados, em 1942?

## **Relações internacionais e perspectivas econômicas: algumas considerações**

As principais pautas econômicas de Vargas, desde os primeiros momentos de sua presença à frente do Executivo nacional, tiveram como norte principal a busca pela industrialização do país e uma possível saída da dependência do sistema agroexportador, que fora o principal fiador dos grupos que dominavam o poder no Brasil até então (DRAIBE, 1985).

Embora várias perspectivas do governo tiveram tons nacionalistas e Vargas investiu de maneira bastante ampla em estatais e em um desenvolvimento que prezava as ações de empresas nacionais, a dependência ao mercado internacional continuou bastante intensa (*Idem*). Nessa perspectiva, os dois principais países que negociavam com o Brasil nesse contexto eram a Alemanha e os EUA.

No caso alemão, a estruturação do mercado internacional demarcava uma das táticas de consolidação do país como uma grande potência europeia e também mundial. Sendo assim, o governo germânico buscou consolidar suas relações com vários países que possuíam certa hegemonia em suas regiões, sendo o Brasil um desses alvos (cf. SEITENFUS, 1980). O país sul-americano, bastante fragilizado por conta do impacto da *Crise de 1929*, referenciou vários acordos com os europeus nesse contexto, sobretudo em trocas de produtos.

Enquanto o Brasil enviava grandes quantidades de alimentos para a Alemanha, essa enviava produtos manufaturados, principalmente relacionados ao desenvolvimento industrial e tecnológico, aspecto ao qual interessou bastante Vargas, entusiasta que era da implantação, em larga escala, de um parque industrial nacional (SEITENFUS, 1980). Assim, embora a relação fosse bastante assimétrica entre os países, o lado brasileiro, considerado o “mais fraco”, procurou a todo custo beneficiar-se dos produtos tecnológicos que chegavam do território alemão.

No caso dos EUA, para consolidar a proximidade com os países latino-americanos, foi importante a perspectiva do investimento nas práticas intituladas de “Política da Boa Vizinhança”, uma vez que, embora o país norte-americano tivesse condições de impor sua vontade perante às outras nações do continente, era compreensível que a confiança poderia ser ganha de outras formas a não ser pela violência ou meramente por acordos diplomáticos (BETHELL & ROXBOROUGH, 1996, p. 25).

Um dos principais órgãos estruturados para tal ação foi o *Office for Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), cujas ações desdobravam-se entre as questões econômicas e principalmente as culturais, com uma imensa produção de materiais culturais para promover uma maior “solidariedade” entre o país norte-americano e seus vizinhos do sul (TOTA, 2000, p. 49-54). Desde o início da década de 1930, o Brasil mantinha acordos e tratados de tratamento cambial próximo, bem como tarifas próximas de seus produtos com os estadunidenses, evidenciando ampla aproximação no comércio entre as nações (CERVO & BUENO, 2011, p. 267).

Dentro dessas perspectivas e relações intrincadas, o cenário do conflito mundial ficava cada vez mais próximo da realidade brasileira, mesmo com as reiteradas tentativas de Getúlio de tentar manter o que o historiador Gerson Moura chamou de equidistância pragmática (MOURA, 1984, p. 28).

## **O Brasil vai à Guerra**

Dentre todas essas perspectivas, a presença do Brasil no confronto não era, necessariamente, algo que estivesse no horizonte dos principais grupos envolvidos. No entanto, ambos tinham a ampla perspectiva de que o país sul-americano poderia ser uma peça fundamental para uma possível expansão do conflito, principalmente por conta de seu território e alguma de suas matérias-primas que poderiam ser valiosas no conflito.

Quando a guerra teve início, o governo Vargas manteve a proximidade comercial tanto com a Alemanha quanto com os EUA, uma vez que o Brasil não se envolvera diretamente e, nesse contexto, o país norte-americano também não estava no conflito ativamente. No entanto, na geopolítica da guerra a América Latina tornava-se, cada vez mais, essencial para o desenrolar do confronto, pois seus envolvidos viam no território, conforme já especificado nesse artigo, um espaço bastante estratégico tanto para o deslocamento de tropas quanto para o fornecimento de matéria-prima (cf. JONES, 1997).



Assim, o governo de Hitler buscava aproximar as relações econômicas com o Brasil e outras nações do continente, estreitando os laços com a concessão de tecnologias para o desenvolvimento industrial, conforme as premissas indicadas por Vargas (SEITENFUS, 1980). Por outro lado, havia uma grande preocupação de Roosevelt em que os países sul-americanos, em especial Brasil e Argentina, caíssem em definitivo na órbita germânica, uma vez que sabiam que haviam vários nomes ligados à política e às Forças Armadas, de ambos os países, eram simpáticos e simpatizantes à ideologia política nazista (MOURA, 1984). Sendo assim, a “equidistância pragmática” começava a ficar cada vez mais inviável, conforme a *Segunda Guerra Mundial* desenvolvia-se em solo europeu (e começava a ramificar-se para outros continentes).

A posição de Vargas, em geral, mantinha-se ambígua. Se, por um lado, estruturara toda a política do *Estado Novo* em princípios muito próximos à perspectivas fascistas e defendia, abertamente, a emergência de uma “nova forma” de se fazer política, contrária aos princípios da democracia liberal, por outro lado mantinha acenos aos EUA e às suas bases políticas, sendo a principal delas a nomeação de Osvaldo Aranha como ministro das Relações Exteriores, uma vez que esse político fora embaixador no país norte-americano e, embora outrora fosse defensor de princípios autoritários, convencera-se de que a democracia liberal era o melhor caminho à seguir no campo da política, contrapondo-se ao seu próprio chefe (CERVO & BUENO, 2011, p. 266-267).

Ao mesmo tempo em que o Brasil estreitava laços com os EUA, como por exemplo a visita de Aranha ao país norte-americano em fevereiro de 1939, para demarcar a proximidade comercial e também política entre as nações, mantinha em seus quadros próximos nomes declaradamente simpáticos de práticas totalitárias, como Eurico Dutra à frente do Ministério da Guerra e o general Góis Monteiro na chefia do Estado-Maior do Exército.

Ainda nessa perspectiva ambígua, quando voltou dos EUA em março de 1939, o ministro Aranha, em discurso no Ministério, indicou que “A minha viagem aos Estados Unidos veio demonstrar que, lá como aqui, estivemos juntos e solidários, porque, ainda quando distanciados pelas atividades, nunca estivemos ausentes, mas mais reunidos pelo dever e pelo ideal” (ARANHA, 1938). Em contraponto, em discurso proferido no encouraçado Minas Gerais, em junho de 1940, Vargas basicamente repetiu as bases proferidas na implantação do Estado Novo, (re)afirmando que “Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem”, complementando que “À democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo, e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio caminho de fortunas privadas”, concluindo que “Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem somente os que incorporam toda a nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades de luta pela vida”.<sup>3</sup>

No entanto, embora o discurso de Vargas ainda sinalizasse na defesa de uma forma de

---

<sup>3</sup> Discurso disponível em: Getúlio Flerta com Ideias Fascistas. *Memorial da Democracia* (Site). Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-defende-estado-forte>. Acesso em 12 jan. 2022.

governo distinta daquela proposta pelos Estados Unidos, no campo político já havia um distanciamento entre os governos brasileiro e alemão, que ocorrera exatamente por conta do *Estado Novo*, mais especificamente em 1938, quando o mandatário brasileiro proibira ações políticas de estrangeiros no país, o que afetara diretamente as ações do *Partido Nazista do Brasil* e que levou à protestos formais do embaixador alemão no país, Karl Ritter. Tal crise acabou culminando com um estremecimento político entre os países, que seria regularizado no ano seguinte (DIETRICH, 2012). No entanto, mesmo com essa perspectiva as trocas comerciais continuaram, sendo que a postura do governo brasileiro ainda era próxima às duas potências.

A mudança mais drástica em relação à tal ponto seria incentivada, de fato, pelo ataque japonês a *Pearl Harbor*. No dia seguinte ao acontecimento, em 08 de dezembro de 1941, EUA formalmente declarou guerra contra o país asiático e, três dias depois, Alemanha e Itália se voltaram contra os estadunidenses, tendo assim um realinhamento e reorganização em relação aos componentes dos principais grupos da *Segunda Guerra Mundial* (cf. GILBERT, 2014).

Com essa perspectiva, o Brasil e os países sul-americanos passaram a serem cada vez mais pressionados para entrar no conflito. No caso brasileiro, em 15 de janeiro de 1942 o governo Vargas rompeu oficialmente com todas as nações do Eixo, sendo o anúncio feito em um discurso por Osvaldo Aranha, enfatizando que "Não acreditamos que a guerra seja elemento de civilização ou de evolução. Não acreditamos que a guerra seja capaz de assegurar a felicidade dos povos. Nosso progresso não se processou com o espírito dominado pela obsessão da guerra", além de que "A neutralidade do Brasil foi sempre exemplar, mas nossa solidariedade com a América é histórica e tradicional". Por fim, Aranha afirmara que "Cumprimos o nosso dever como americanos, nesta hora solene para a ordem dos povos e resolvemos muito mais: assumir as responsabilidades que nos cabem nos destinos universais" (BRASIL, Decreto nº 10.358, 1942).

Embora formalmente o país ainda não havia entrado no conflito, já havia decidido qual seria seu lado. E tal perspectiva, obviamente, não ocorreu apenas por solidariedade ao ataque sofrido pelos EUA: tal postura já vinha sendo construída com trocas comerciais e apoio estadunidense à algumas estratégias de Vargas no Brasil, sobretudo à ampliação do desenvolvimento industrial no país (OLIVEIRA, 2015, p. 309).

Sendo assim, o rompimento com o Eixo significou para os países pertencentes, em especial à Alemanha, uma declaração de guerra por parte do Brasil. A partir de fevereiro, de maneira sistemática várias embarcações brasileiras foram bombardeadas por submarinos e barcos das marinhas alemã e italiana (alguns ataques já haviam acontecido no ano anterior), evidenciando que tais nações encaravam o Estado brasileiro, de fato, como inimigo (cf. SANDER, 2011). A série de ataques do submarino alemão *U-507*, em agosto de 1942, levou a mais de 600 óbitos brasileiros e foi o principal momento de conflito mais próximo em solo nacional do período (ROBERTS, 2012).

Além disso, Roosevelt buscou estreitar ainda mais os laços com o Brasil, entendendo esse país com uma importância cada vez maior para os interesses estadunidenses no conflito. Após vários acordos realizados (OLIVEIRA, 2015), partes do litoral norte e do Nordeste brasileiro serviram para a construção de bases do país norte-americano, tendo como destaque a estrutura

construída em Parnamirim, cidade próxima à Natal (capital do Rio Grande do Norte), cuja localização foi fundamental para ações dos EUA no norte da África, sendo a localização conhecida como "Trampolim da Vitória" (ver SANDER, 2011).

Como compensação, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, na cidade de Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, teve amplo financiamento vindo dos EUA, bem como investimento no período em outras áreas (McCANN & FERRAZ, 2011). Tendo em troca alguns interesses atendidos para o desenvolvimento do país, Vargas não pestanejou ao aliar-se de maneira integral à Roosevelt, mesmo que isso indicasse uma contradição política (que, a primeiro momento, não teve grande impacto no Brasil).

No dia 22 de agosto de 1942 o Brasil declarou, formalmente, guerra ao Eixo, ou colocou o país em "estado de beligerância". Nove dias depois, o decreto nº 10.358 deixava toda a nação em "estado de guerra" (BRASIL, Decreto nº 10.358, 1942). Sendo assim, quase três anos após o início do conflito e cerca de oito meses após a entrada formal dos EUA na guerra, o Brasil aderiu ao conflito diretamente.

## Conclusão

É possível indicar que, de fato, o Brasil foi o país latino-americano que mais se envolveu na *Segunda Guerra Mundial*, além de ter sido o maior beneficiado pelas ações econômicas dos EUA voltadas para o continente (BETHELL & ROXBOROUGH, 1996, p. 66).

O conflito, iniciado em 1939, a primeiro momento não envolveu países da América Latina, ficando circunscrito ao continente europeu. No entanto, a guerra começou a ter ramificações cada vez mais amplas, sendo que as antigas disputas entre EUA e Japão pelo pacífico culminaram com o ataque à base de *Pearl Harbor* em fins de 1941, fazendo com que essas duas nações se envolvessem diretamente na *Segunda Guerra*, dando um caráter "mundial" ao fato.

Sendo assim, o continente americano passou a ter uma condição estratégica fundamental para ambos os lados do conflito. No caso do Brasil, embora exista uma imensa bibliografia produzida sobre a temática (cf. FERRAZ, 2016), a ideia do artigo é instituir uma simples contribuição para uma compreensão maior dos motivos que levaram o governo ditatorial de Getúlio Vargas a lutar ao lado dos Aliados na *Segunda Guerra Mundial*, evidenciando as possíveis contradições em torno dessa perspectiva.

Por fim, é importante salientar que, após o Brasil declarar guerra ao Eixo em agosto de 1942, o país não enviou tropas para a batalha, envolvendo-se diretamente apenas em 1944, ao mandar membros das Forças Armadas brasileiras agrupados na recém-criada *Forças Expedicionárias Brasileiras* (FEB), iniciativa que veio de mais um dos acordos feitos entre Vargas e Roosevelt, que levou à um investimento estadunidense na estrutura militar brasileira, fazendo com que essa se reorganizasse e, após treinamentos nos EUA e Itália (com a tropa estadunidense), concentrasse suas ações no Mediterrâneo, mais especificamente em solo italiano (FERRAZ, 2005).

O lema da FEB, “*A cobra está fumando*”, era uma referência às críticas feitas à tal iniciativa, sendo um dito popular no Brasil que dizia que era mais fácil “uma cobra fumar” do que as Forças Armadas brasileiras terem condições de participarem do evento. Com um contingente de aproximadamente 25 mil pessoas, os militares brasileiros integraram as tropas estadunidenses no conflito, com ações concentradas no norte da Itália em setembro de 1944 (JONES, 1997, p. 243), evitando o deslocamento de tropas alemãs ali presentes para a França, país que tornara-se o último reduto de força do Exército alemão mas que estava sendo ocupado pelos Aliados, principalmente após a entrada na Normandia em junho daquele ano, na operação que passou a ser conhecida como o “Dia D” (cf. ROBERTS, 2012). Com um número oficial de 454 baixas, os militares brasileiros voltaram em 1945 como heróis para o Brasil, embora esse reconhecimento não tenha significado uma melhora intensa nas condições de vida dos que lutaram no conflito (FERRAZ, 2012). Para além da importância brasileira no conflito, é importante concluir indicando as mudanças internas, uma vez que o fim do conflito evidenciava a forte contradição política em que Vargas estava: com um governo amplamente autoritário no *Estado Novo*, lutara contra os regimes totalitários (sobretudo o fascismo, ampla inspiração para a Constituição de 1937) para a consolidação da democracia liberal, sistema o qual o presidente fora tão crítico nesses últimos anos, mas cujo retorno parecia cada vez mais iminente no horizonte brasileiro.

## Referências

ARANHA, Oswaldo Euclides de Souza. Discurso de posse, Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, 15 de março de 1938. *Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG* (Site). Publicado em: 22 nov. 2021 [1938]. Disponível em <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/oswaldo-euclides-de-souza-aranha-discurso-de-posse>. Acesso em 12 jan. 2022.

BERTONHA, João F. *O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. Salvador: Editora Pontocom, 2016.

BESS, Michael. *Choices under fire – moral dimensions of World War II*. New York: Vintage Books, 2006.

BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian. Introdução. A conjuntura do pós-guerra na América Latina. In: BETHELL, Leslie & ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRASIL. Poder Executivo. Presidência da República. 1942. "Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942. Declara o estado de guerra em todo o território nacional". Imprensa Nacional, Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1942, vol. 006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d10358.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm). Acesso em: out. 2022.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política externa do Brasil*. 4. ed revista e ampliada. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. *Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura, Consequências*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DAVIES, Norman. *Europa en guerra: 1939-1945. ¿Quién ganó realmente la segunda guerra mundial?*. Barcelona: Editorial Planeta, 2015.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2012.

DOPCKE, Wolfgang. Apogeu e colapso do sistema internacional europeu (1871-1918). In: SARAIVA, José Flávio et all (Org.). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

EVANS, Richard J. *O Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

- FERRAZ, Francisco C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.
- FERRAZ, Francisco C. A. Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, jul. 2016.
- FERRAZ, Francisco C. A. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GILBERT, Martin. *A Segunda Guerra Mundial: os 2.174 dias que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.
- HASTINGS, Max. *Inferno: o mundo em guerra, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KEEGAN, John. *The Second World War*. Nova York: Penguin, 2005.
- KEEGAN, John. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KERSHAW, Ian. *1940-1941. Dez Decisões que Mudaram o Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KERSHAW, Ian. *Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- JONES, Errol D. World War II and Latin America. In: LEE, Loyd E (Org.). *World War II in Europe, Africa, and the Americas, with general sources: a handbook of literature and research*. Westport, Connecticut/London, UK: Greenwood Press, 1997.
- MacMILLAN, Margareth. *A Primeira Guerra Mundial... que acabaria com as guerras*. São Paulo: Globo Livros, 2014.
- MCCANN, Frank D. & FERRAZ, Francisco César A. A participação conjunta de brasileiros e norteamericanos na Segunda Guerra Mundial. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (eds.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: EDUEM, 2011.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Getúlio Flerta com Ideias Fascistas. Memorial da Democracia (Site). Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/getulio-defende-estado-forte>. Acesso em 12 jan. 2022.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA – nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá Editora, 2015.
- OVERY, Richard. *Por qué ganaron los Aliados*. Buenos Aires: Tusquets Editores, 2011.

OVERY, Richard. *Russia's War, 1941-1945*. Nova York: Penguin, 2010.

PAULO, Heloísa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

REIS FILHO, Daniel A. *A revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROBERTS, Andrew. *A Tempestade da Guerra*. Uma nova história da Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2012.

ROLLINS, Peter C. & O'CONNOR, John E. (Org.). *Why we fought: America's wars in film and history*. Kentucky: The University Press of Kentucky, 2008.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SEITENFUS, Ricardo. *O difícil aprendizado de nacionalismo: As relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942*. Coleção temas brasileiros, 54. Brasília: Ed. UnB, 1980.

TORGAL, Luís R. *Estados novos, Estado novo: ensaios de história política e cultural*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, 2 v.

TOTA, Antonio P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.